



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 12ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 26 dias do mês de março do ano de 2026.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)
Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)
Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)
Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)
Vereador Kleber Geraldo Laurentino dos Santos (PDT)
Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)
Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)
Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguinha Moov Jampa (PSD)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)
Vereador Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa: Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga Pet (PP); Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL); Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP); Vereador Raoni Barreto Mendes (DC); Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA).

Ausentes: Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE); Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h15, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL(**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

Justificativa Oral – Aatoria: GVRD

Assunto: Justifica ausência do vereador Rômulo Dantas

Justificativa Oral – Aatoria: GVJC

Assunto: Justifica ausência do vereador João Corujinha nesta sessão.

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 11ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque

Não houve.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – determinou a inversão de pauta para dar início à Ordem do Dia.

1.3 Comentários

Realizada após a Ordem do Dia.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.4 Demais comunicações

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Peço a atenção do líder Odon Bezerra e também do líder Milanez Neto, porque, ainda na semana passada, eu comuniquei em plenário que enviei à Procuradoria o pedido da primeira CPI, que se trata da Cagepa. A Procuradoria me enviou um relatório sobre o requerimento de instalação da CPI, com análise dos requisitos formais do objeto previsto e das normas aplicáveis. Este é o primeiro pedido que foi protocolado na Casa e eu o encaminhei à Procuradoria e em resposta a esta presidência, no requerimento fundamentado na finalidade, do número de membros que deverão compor e no prazo de duração desta mesma comissão, bem como na indicação do número de membros, tais elementos deverão constar na solicitação, e não constam no pedido. A conclusão da Procuradoria é que diante do exposto, na análise dos aspectos formais para ser instaurado, conforme o artigo 44, é que o parecer tem caráter meramente opinativo, cabendo exclusivamente à presidência deliberar pelo arquivamento ou pela sequência do pedido da CPI. Como eu quero ser isento nesta Casa e assumi esse compromisso, estou comunicando que estou devolvendo ao autor, como fiz, até por questão de justiça no pedido da solicitação do vereador Guguinha, da CPI do Combustível, que faltaram elementos necessários para a instalação, estou devolvendo o pedido ao autor da CPI para que ele apresente os termos necessários, pois ainda não constam no pedido. Está faltando a indicação da quantidade de membros e a duração da CPI. Então, devolvo ao autor e estipulo o prazo de 72 horas para que ele encaminhe, da mesma forma que foi com a de Guga. Assim, encaminharei para que o autor do pedido traga os elementos necessários para que possamos proceder com a instalação ou não, a depender da análise. O autor acabou de chegar, o vereador Ícaro Chaves. Vou encaminhar o parecer para o mesmo, bem como à Secretaria Legislativa, para disponibilizar aos vereadores”.

O Sr. vereador Marcos Vinícius indagou se “quem determina é a Procuradoria ou o Regimento da Casa?”. Em resposta, o Sr. Presidente, vereador Dinho, disse: “O Regimento”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Se está no Regimento não tem porque a Procuradoria dizer que o requerimento do vereador Ícaro foi incompleto. Se o Regimento já diz são 7 membros”. O Presidente disse: “Não, o Regimento desta Casa ainda está com 27 vereadores, a gente precisa renovar. Hoje, para instalar a CPI ela pode de 7 a 9 membros. O vereador Ícaro precisa colocar a quantidade, colocar o prazo que ele precisa, da mesma forma que foi o de Guga. A decisão da Mesa é devolver ao vereador, não vou arquivar, ele conclua os critérios necessários e é normal que a Procuradoria dê um parecer. O vereador terá o prazo de 72 horas para colocar o que está faltando e a Mesa acatar o pedido do vereador”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Estou pedindo uma explicação. Se está no Regimento não tem porque voltar, a Mesa já define”. O Presidente disse: “Não é a Mesa, a solicitação é do pedido do vereador. A mesma coisa que foi feita com o vereador Guguinha quando pediu a CPI do combustível, faltou elementos necessários e a Mesa flexibilizou para o autor trazer esses dados. Em 72 horas o vereador Ícaro pode me entregar, estou dando prazo”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Se está estabelecido em Regimento, não tem porque devolver ao vereador Ícaro, não estamos discutindo se o Regimento está com 27, 29, 30 vereadores, o Regimento que vale é esse. Não sei por que tem que voltar para a Procuradoria, não tem porque se o Regimento é claro com relação a isso”. O Presidente disse: “Por cautela a Mesa vai fazer o mesmo procedimento que houve com a instalação da CPI do combustível”.

Pela ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez disse: “Pedir que fosse encaminhado ao nosso gabinete as CPIs que foram protocoladas, para que a gente possa acompanhar cada uma delas e ter acesso à



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

leitura detalhada”. O Presidente disse: “Todas já estão no SAPL, mas vou pedir que a Secretaria Legislativa encaminhe os pedidos já protocolados de CPIs”.

Pela Ordem, o Sr. vereador Fábio Carneiro “Presidente, faço apelo que vossa excelência, na sua decisão final, possa analisar se este ano, ano eleitoral, é viável aqui três (3) CPIs”. O Presidente disse: “Não é decisão minha, é cumprindo Regimento, mas se houver pré-requisito e toda documentação necessária é uma solicitação regimental. Também parabenizar porque soube que vossa excelência colocou seu nome à disposição para candidatura de deputado federal”.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO TOTAL 45/2026

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 30/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3888/2025), DE AUTORIA DO VEREADOR GUGA PET, QUE “DISPÕE SOBRE O INCENTIVO À CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA IDOSOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA”

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 02: VETO TOTAL 49/2026

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 285/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3897/2025), DE AUTORIA DO VEREADOR GUGUINHA MOOV JAMPA, QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE MORADIA APOIADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 04 (Tarcísio Jardim, Guguinha Moov Jampa, Milanez Neto, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 03: VETO TOTAL 51/2026

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 311/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3899/2025), DE AUTORIA DA VEREADORA ELIZA VIRGÍNIA, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA LINHA DE TURISMO “JAMPA TOUR” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu só queria fazer um apelo ao líder do governo, vereador Odon, para que esse projeto da vereadora Eliza possa ser incorporado à Prefeitura Municipal pela importância do que será esse projeto para a cidade de João Pessoa, tão somente a iniciativa de criar um tour turístico nos principais pontos da cidade, algo que é relevante, importante. Eu entendo que realmente não poderia partir do Parlamento, mas fazer um apelo a vossa excelência para que o Executivo possa assumir uma matéria tão importante como essa”.

ITEM 04: MP 78/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: ESTABELECE NORMAS COMPLEMENTARES À LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO, NO QUE CONCERNE ÀS OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Pela liderança da oposição, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu peço a atenção de todos os colegas vereadores para que a gente compreenda a responsabilidade do parlamento, antes de ser base de governo ou ser base de oposição. O que está sendo lido para ser votado agora é exatamente uma Medida Provisória número 78, que eu vim alertando que era inconstitucional porque ela estaria alterando um projeto de lei complementar e, para alterar um projeto de lei complementar, teria que ser uma matéria de lei ordinária, e não uma medida provisória. Esse fato é tão verdadeiro que o próprio governo que editou a medida provisória encaminhou para a Casa a mesma matéria no dia 6 de novembro de 2025, através de numeração de Projeto de Lei Complementar 12/2025. Ninguém está aqui obstaculando a votação de matéria, e o vereador Odon sabe o compromisso que eu tenho com a Casa, a responsabilidade que eu tenho com a Casa. Essa matéria do PLC foi votada na Comissão de Constituição e Justiça na segunda-feira; lá só tem eu da oposição. A responsabilidade não foi minha, não foi da oposição, não foi dos vereadores da oposição. Aprovou na segunda-feira, com o voto contrário do nosso mandato. Foi para a Comissão de Políticas Públicas – nem sei ainda se chegou ao conhecimento da vereadora Jailma. Eu não tenho condição de fazer acordo de retirar algo inconstitucional e impor alguém a votar na CPP, nesse momento, uma matéria dessa relevância, porque vai caducar a medida provisória. Nem eu nem nenhum colega vereador teria essa autonomia. Eu não compreendo qual é a urgência urgentíssima da determinada matéria. Eu tenho muito constrangimento, vereador Dinho. Vossa excelência me conhece há bastante tempo, nunca trabalhei para expor a Casa – e não farei –, mas, passando a medida provisória, a Casa passará vergonha. Por que passará vergonha? Porque vai ser derrubada judicialmente a matéria. A matéria é inconstitucional, reconhecida pelo governo, não é por mim. Quem emitiu um Projeto de Lei Complementar 12/2025 com o mesmo teor não foi a oposição, foi o próprio governo que reconheceu a inconstitucionalidade. Se dá o prazo que a vereadora Jailma, enquanto Comissão de Políticas Públicas, tem, se espera e vota essa matéria. Qual é a discussão que se tem nessa matéria que se cria tanta celeuma? Cadê a relação das pessoas beneficiadas? Qual o critério dessa matéria? Não é possível que a gente fique aqui discutindo toda semana, sem ter a necessidade de fazer a discussão. Se vota a medida provisória e, em aprovada, a oposição recorrerá à justiça”. Pela liderança da situação, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: Vereador Milanez, eu escutei atentamente as suas ponderações. Fizemos uma discussão extra, no gabinete da presidência, terça-feira passada. Nós abrimos mão para que a matéria fosse estudada e foi isso que a oposição pediu. Depois, o vereador Marcos Vinícius me convenceu para que se estudasse a matéria com mais afinco. Nós concordamos ali atrás, ainda nessa sessão, conversamos demoradamente, vimos que o PLC é quase que uma cópia da medida provisória e eu pugnei para a retirada da medida



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

provisória e aprovação do PLC. Então, depois nós acertamos, eu pedi a vossa excelência para retirada da medida provisória e apreciação pela comissão específica, que a vereadora Jailma disse que não faria. Ora, se a matéria é idêntica, qual é a dificuldade, vereador Marcos? Qual dificuldade? Eu não vejo nenhuma. Se você estudou a matéria, ela é idêntica, como o próprio vereador Milanez disse aqui. Por que deixar para depois? Então eu creio que pode existir igual, mas não existe mais do que eu para flexibilizar. E eu digo, a partir de hoje, eu vou endurecer o jogo, não vou mais flexibilizar porque a todo momento eu faço isso aqui em nome da Casa, em nome do bom andamento dos projetos, mas ser única e exclusivamente unilateral... Então, vamos votar a medida provisória e aí, entenda vossa excelência, se o plenário decidir pela rejeição, eu acato. Não há problema nenhum porque é a maioria, mas se existir a aprovação, se discuta no Judiciário. Não há problema, de forma nenhuma, mas em razão de radicalismo, então vou radicalizar também”. O Presidente Valdir Dowsley - Dinho – disse: “Eu não queria tecer comentários, mas acordo de retirar a MP e deixar ela tramitar e o PLC que substitui também não vejo dificuldade nenhuma, mas aí cabe a vocês o acordo ou não. Foi flexibilizado, o vereador Marcos Vinícius ponderou na sessão passada para retirasse e foi retirado, o prazo dela vence dia 30, hoje é 26, daqui a quatro. Hoje é quinta, sexta, sábado, domingo, segunda-feira, e na terça-feira ela já perdeu a validade. Então, a Casa postergou esse projeto até o limite. Hoje não tem como a gente adiar essa votação. Se houvesse acordo em votar o PLC, mas ficar sem lei, fica difícil. Aí a gente não pode”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Importante a gente deixar claro isso aqui para que a gente também traga clareza ao debate. O pedido da oposição foi para que fosse retirada a MP, que inclusive a MP nem pela Comissão de Políticas Públicas passou. Então, nem precisa, mas não passou. Fere o estatuto da cidade, porque quando a gente vai discutir uma lei urbanística a gente precisa trazer a sociedade civil. Então agora eu sou chamada porque tem um PLO que tramitou na Casa, que chegou inclusive essa semana para a Comissão de Políticas Públicas, para abrir e dar um parecer aqui na Casa, porque dizem que é o mesmo texto. Eu estudei a MP, eu não estudei o PLC. Então é isso, eu não sei qual erro que eu estou cometendo aqui nessa Casa, porque regimentalmente eu estou acobertada. Também não tenho problema nenhum de, na quarta-feira, a gente colocar o PL. Agora isso construído e dialogado com os pares, eles tendo conhecimento, para não induzir ninguém aqui ao erro. É isso, Presidente”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Veja que é um projeto, no caso uma medida provisória, muito polêmica, que já vem tendo discussões nesta Casa há alguns meses, sem acordo. Veja, vereador Durval Ferreira, um dos mais experientes desta Casa, que existem sombras em alguns artigos dessa medida provisória, que deixam algumas dúvidas. E o pior é que um dos membros da Comissão de Constituição e Justiça relatou que votou contrário. O vereador Milanez acabou de dizer, da Tribuna desta Casa, que é inconstitucional essa matéria através de medida provisória. Então, eu acredito que esta Casa, na verdade, tem que ponderar bastante esse tipo de aprovação de projetos dessa magnitude, que vai afetar diretamente a população. Muito obrigado, Presidente”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, muito além da questão da constitucionalidade, ou não, que foi levantada pelo nosso líder, trata-se de uma medida provisória de algo muito importante, que jamais deveria ter vindo como medida provisória. Nós estamos às vésperas de recebermos o PL referente ao código de obras, que é uma complexidade e que tem muito a ver com o que está dito aqui. Para vocês terem ideia, aqui fala sobre projeções nas fachadas, edifício, pequenos bares e restaurantes, cobertura, orla protegida. Tem muita coisa que jamais nós poderíamos estar discutindo através de uma medida provisória, na minha opinião. Sei que não vou ser atendido, mas eu queria pedir que nós pudéssemos retirar essa medida provisória e centralizar tudo no código de obras que vai vir para esta Casa”. Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu quero tranquilizar a Casa. Primeiro, se existe a discussão jurídica da constitucionalidade, ou não, há posicionamentos sim e não. E aí fica claro, vereador Milanez, judicializa. Mas eu queria tranquilizar a bancada. Primeiro, nós



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estamos discutindo a questão horizontal. Segundo ponto, que é o temor dos próprios colegas que chegaram para mim, perguntaram se vai impactar a orla de João Pessoa. Não, principalmente vai atender Mangabeira, porque existe muitas construções, pequenas construções, como um terraço que se aumentou, fachadas, recuos, todos eles vão ser respeitados. Isso aqui é um anseio grande do pequeno empresário que não pode colocar um toldo. Nós estamos resolvendo essa questão então. Eu apelo e já recomendo o voto pela aprovação da matéria”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, só quero dizer mais uma vez aqui que quem reconhece a inconstitucionalidade não é a oposição. Quem reconhece a inconstitucionalidade é o governo, que mandou o PLC 12/2025 com o mesmo teor da medida provisória. Isso é importante que a gente deixe claro. Aqui não há nenhum vereador da oposição dizendo que a matéria é importante ou não. Se vossa excelência prestar atenção, a gente está aqui para votar, não terei discussão, mas também estou aqui afirmando que será judicializado, porque o próprio governo, não fui eu nem nenhum vereador da oposição, foi quem mandou o PLC aqui para consertar o erro da medida provisória. Então, eu não queria que a Casa ficasse exposta, mas, se querem expor a Casa, a gente expõe, porém quem está expondo a Casa é o governo, e não a oposição”. Na condição de líder da oposição, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto ainda disse: “Pelo respeito à constitucionalidade, eu peço não somente à bancada de oposição, mas também aos vereadores da Casa que possam votar contrários à medida provisória, porque está clara a inconstitucionalidade e, se for aprovada, iremos recorrer à Justiça. Peço que a votação seja nominal e também solicito, antes de iniciar a votação, a verificação do quórum”. Pela liderança da situação, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Encaminho pela aprovação da matéria, pela constitucionalidade e legalidade”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho reiterou que havia quórum suficiente e disse: “Já foram feitos os encaminhamentos de voto da bancada de situação e de oposição, então vamos colocar a matéria em votação. Quem for favorável permaneça como está. Eu sabia que isso ia acontecer. Enquanto tinha quórum eu coloquei para votar. Mas sabe o que eu vou fazer, eu vou encerrar a sessão, porque eu não estou aqui para brincar. Não estou aqui para brincar, porque havia quórum até esse momento, aí ficaram ganhando tempo e depois retiraram o quórum. Se for desse jeito, eu encerro a sessão, e aí serão prejudicadas todas as matérias, porque a Mesa Diretora não vai ficar omissa às suas obrigações com matérias que estão há 154 dias nesta Casa para serem votadas”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Presidente Dinho, eu acho que a oposição tem todo o direito de fazer com que o quórum não esteja presente em plenário, é uma ferramenta que a oposição tem, mas quero chamar a atenção de vossa excelência para dizer que os vereadores que saíram há pouco tempo, o vereador Tarcísio Jardim, Fábio Carneiro e Zezinho Botafogo, eles saíram quando a matéria já estava em votação. Então, o Regimento é claro: quando a matéria está em votação, prevalece o quórum, mesmo os vereadores saindo. Então, está dentro do quórum”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “É verdade, vereador, vou pedir o Regimento para que a gente leia, e realmente a matéria já estava em votação, por isso que ganhou o tempo para ser retirada”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Como é que a gente vai saber que na hora da votação...”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Tinha 16 quando eu fiz a contagem. Agora, nesse minuto, saiu, e o que vale é o registro do painel. Peço que coloque o registro do painel dos vereadores presentes. Tinha 19 pessoas presentes, menos 2, vereador Guguinha e, se não me engano, Luís da Padaria, então 17 presentes na hora da votação. Eu estou tranquilo, agora, o papel da Mesa tem de ser exercido. Artigo 116, parágrafo único: *‘Não será permitido ao vereador abandonar o plenário em curso de votação, salvo se acometido de mal súbito’*. Que eu saiba, ninguém pediu aqui apoio médico. *‘Sendo considerado o voto que já tenha sido proferido’*. Não tinha sido proferido voto, mas estava em curso a votação”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 11; contrários: 04 (Tarcísio Jardim, Jailma Carvalho, Milanez Neto, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovada a medida em discussão e votação única, salvo emenda.

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Primeiro, deixa eu pedir aqui uma coisa a vossa excelência: nossa bancada é tão diminuta, 8 vereadores só, não coloque nas nossas costas a responsabilidade de falta de quórum. Em respeito às oposições, diga o nome de quem não é oposição, que está obstruindo o quórum. O líder da oposição está aqui votando, e votamos. Eu quero a ata de hoje, que eu vou mostrar a vossa excelência e à Casa que essa matéria vai ser derrubada na Justiça em 48 horas. Não é porque a gente está sentado aqui que pode fazer tudo. Não é assim que funciona o parlamento. Acato a votação, quero a ata com o nome dos vereadores presentes na proclamação do resultado dos votos”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “A Secretaria Legislativa irá, com certeza, dos ausente e dos presentes, entregar a vossa excelência”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Senhor Presidente, vi que meu nome foi citado, e vossa excelência também citou o Regimento da Casa, e o Regimento da Casa deixa bem claro: se o parlamentar tiver algum problema, um mal súbito – eu tive que, na verdade, me ausentar, e realmente eu fui ao toailete da Casa e retornei ao plenário, e já estava em votação. Eu acredito que essa votação deve ser anulada, segundo o Regimento da Casa. Muito obrigado”. Pela ordem, o Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Dizer ao vereador Milanez que eu vou cobrar em 48 horas a decisão judicial. Dizer aos vereadores da oposição que o banheiro não cabe dois ao mesmo tempo. O vereador Tarcísio disse que foi ao banheiro, o vereador Fábio foi ao banheiro, e só tem 1 banheiro”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Só gostaria de registrar, principalmente para quem está acompanhando de casa, que eu votei contrário a essa MP porque ela fere o Estatuto da Cidade. A gente está debatendo legislação urbanística e isso requer um amplo debate com a sociedade. Então, assim, eu não entendo porque nós aqui, representantes do povo, essa Casa, que representa a Casa do Povo, não está abrindo uma temática tão importante para que a gente possa discutir com a sociedade, para que a Casa logo mais não possa abrir novos precedentes jurídicos, como aconteceu com a LUOS, para que a gente não possa ocorrer em erro, e que a gente possa estar colocando os trabalhos que estão construindo tão seriamente, aqui nessa Casa, em xeque. Então a sociedade fique atenta. O que está sendo debatido aqui são legislações urbanísticas, minha gente. É importante que a sociedade acompanhe o debate aqui nessa Casa”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Presidente, corroboro com o discurso da amiga vereadora Jailma. Quando a gente se depara com mudanças bem objetivas, principalmente nessa pauta urbanística, a gente esquece de quando tem um parente, de quando tem um colega querendo fazer uma obra e fica meses esperando por uma regulação. Fica, às vezes, reiteradas vezes indo a Prefeitura, vai em tal lugar, manda mensagem para a gente, pedindo para a gente interferir politicamente, porque a pessoa não consegue fazer uma obra mínima, porque a regra muda aqui, a regra muda acolá, a bel prazer de quem quer alteração. E a gente não sabe, porque chega aqui: passou muito tempo. Mas uma matéria não é uma matéria sensível? Então que se discuta com base, que se discuta com oposição. Agora, não pode usar a caducagem da matéria para empurrar uma votação que a gente não sabe em que votou. Então como Jailma falou população: fiquem atentos, porque quando tiveram prejudicados para fazer suas obras, a consequência foi isso aqui. E quanto ao vereador Marcos Vinícius, que falou esse negócio que estava todo mundo no banheiro lá: eu, vereador Fábio, todo mundo no banheiro, trabalho com essas coisas, não”.

Votação da Emenda Modificativa 01/2026

Assunto: Modifica o art. 8º (Parágrafo Único vira §1º, e acrescenta um §2º).

Autoria: Vereador Odon Bezerra.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: O Primeiro-Secretário, Sr. vereador Marcos Henriques, fez a leitura da emenda. Em seguida, o Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Presidente, em todo parlamento nacional existe algo chamado obstrução de votação, que é legal e legítimo e é um direito democrático para as minorias. Quero registrar que essa Casa hoje foi contra um mandamento democrático, porque as minorias, bem sabem aqui o vereador Marcos Henriques, que é um meio legal utilizado no nosso Senado, na nossa Câmara Federal, e hoje a Câmara de João Pessoa, na verdade, saiu desse caminho democrático e não respeitou a obstrução colocada pela oposição dessa Casa, muito obrigado”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Vereador Milanez, eu peço desculpa porque eu pensei que ele ia discutir a emenda, mas ele não discutiu a emenda. Concedo agora a Questão de Ordem a vossa excelência, porque como ele tinha pedido a fala, eu pensei que era para discutir a emenda que já está sendo discutida”. O Sr. vereador Fernando Milanez disse: “Eu só queria saber de vossa excelência, que a Diretoria Legislativa da Casa possa nos informar quantas assinaturas são necessárias para apresentação de emenda. E qual é o prazo para que ela seja apresentada. E eu também queria saber de vossa excelência, quantas assinaturas e quem assinou esta emenda que está sendo apresentada agora?”. O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, disse: “As emendas podem ser apresentadas em Mesa ou até na hora do projeto. A emenda do vereador Zezinho já tem 10 assinaturas. Só quero dizer, que se continuar desse jeito, eu encerro e prejudica e não vai ter sessão. Não vai ter Pequeno e Grande Expediente, e a gente, na próxima sessão, volta a sequência, só estou avisando, eu não estou ameaçando ninguém. Então, vamos colocar em votação”. Como encaminhamento, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu queria, mais uma vez, eu não estou adentrando na legalidade da matéria em si, nós vamos indicar o voto contrário porque o remédio jurídico para apresentação da matéria não é medida provisória. Por esta razão estou votando contrário”. Questão de ordem, o Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Senhor Presidente, eu gostaria de comunicar à Casa, que estou aqui há bastante tempo, e eu nunca trouxe um jabuti para ninguém assinar. Eu assinei isso aí agora, no crédito de quem eu achei que merecia, não foi nem agora, falando para mim que isso era para que os vereadores pudessem assumir secretaria adjunta do município de João Pessoa. Então, veja a que ponto... Não está, mas eu assinei com esse teor, foi dito pra mim. É a emenda mesmo, eu peço para retirar meu nome daí. Eu não aceito”. O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, disse: “Vereadores, vamos votar. Já foi indicada a oposição e a situação. Vamos colocar a emenda em votação”.

Votação Simbólica: favoráveis: 11; contrários: 06 (Milanez Neto, Zezinho Botafogo, Jailma Carvalho, Fábio Carneiro, Tarcísio Jardim, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 11.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a emenda e aprovado o projeto, em 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria sugerir que essa votação fosse suspensa, porque Bosquinho assinou duas vezes”. O Presidente disse que já havia contado 10 assinaturas. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Eu quero deixar aqui a minha tristeza justamente por conta de todo esse embaraço regimental, até porque não tinha nem quórum para votar a medida, mas sempre se encontra alguma brecha interna no nosso Regimento, que já é todo picotado, desde 1927, e eu acredito que foi um grande erro desta Casa hoje. O vereador Milanez vai judicializar, e eu vou judicializar junto com ele, até porque acredito que houve problemas jurídicos aqui. Espero que esta Casa, nas próximas votações, respeite as minorias. Como hoje a bancada de oposição ainda é minoria, nós solicitamos o respeito à minoria e o respeito à obstrução, que é legal. A minha declaração de voto, com muito orgulho, é não a esta MP esdrúxula que o prefeito Cícero Lucena está aprovando agora, no apagar das luzes”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Só dizer a vossa excelência, com todo o respeito, que o contraditório é mais do que democrático, mas eu só coloquei a matéria em votação porque existia quórum. Quando o vereador Tarcísio entrou no plenário, o quórum



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

foi restabelecido e a matéria foi colocada para votar, então não votei a matéria sem quórum. Só para deixar claro, porque eu suspendi a votação por duas vezes, pois não havia quórum. Então, só para justificar”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Hoje pela manhã, discutimos aqui o encaminhamento da CPI da Cagepa, e eu pedi a cópia das outras CPIs que estão tramitando na Casa, e me pediram para ir ao SAPL, mas elas não estão disponíveis no SAPL, nenhuma das comissões que foram anunciadas. Então, eu queria pedir, mais uma vez, a cópia integral desta matéria para que a oposição também tome conhecimento”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Eu só posso mandar para vossa excelência depois que voltar da Procuradoria, porque foi enviada para lá para análise. A primeira chegou agora”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, vossa excelência está afirmando que a Procuradoria é mais importante do que o trabalho parlamentar dos vereadores?”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho respondeu dizendo: “Eu não estou dizendo isso, não coloque palavras na minha boca. Toda matéria que chega de pedido de CPI eu mando para a Procuradoria para verificar se há os pré-requisitos. Se não houver os pré-requisitos, não existe CPI. Foi o que ocorreu na de Ícaro, chegou um parecer hoje, e Ícaro já me devolveu a documentação agora, e eu pedi que protocolasse. Havendo pré-requisitos, a gente encaminha. Foram encaminhadas as cópias da CPI para a Procuradoria. Faça apenas o pedido, vereador Milanez, faça a solicitação, faça um ofício pedindo. É só registrar o pedido que eu mando tirar as cópias, não tem problema nenhum. Sem problema, acabei de entregar o pedido que vossa excelência fez. Vamos discutir isso depois, porque há muitas matérias para serem votadas e a gente só votou duas matérias nesta Casa. Na verdade, uma, a MP. E, fora isso, não foi votada nenhuma outra matéria”.

ITEM 13: PLO 369/2025

Autoria: Vereador Marcos Vinícius

Assunto: DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DO SÍMBOLO MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NOS UNIFORMES DOS ESTUDANTES COM TEA MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO 412/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: CRIA O PROGRAMA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA O TRATAMENTO DE FIBROMIALGIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Discussão: O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Os portadores de fibromialgia têm uma dificuldade enorme de ter acesso a medicamento no serviço público, não só municipal, mas também estadual, porque, inclusive, ainda temos muito preconceito com essa doença. Com o avançar da mídia, das análises, das investigações, inclusive dos procedimentos médicos, entenderam que é uma doença autoimune, mas, mesmo assim, as pessoas são tratadas com, entre aspas, frescura, quando são



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

atendidas nas unidades médicas. E não é frescura, é dor, é doença. E essas pessoas precisam ter acesso a medicamento para poder ter o seu dia a dia, as suas funções diárias, que são cerceadas quando elas estão em crise. Então, eu espero que o Poder Executivo não vete esse projeto e que essas pessoas que há tanto tempo eram silenciadas e omitidas pela classe médica e pela saúde pública sejam agora, de vez, escutadas e auxiliadas”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Pela ordem, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, eu vou fiscalizar, a partir de hoje: toda vez que um vereador sair daqui, desse plenário, eu vou pedir que tire o nome dali do painel, porque nunca se tirou. Eu saí aqui, voltei, e eu vi vários projetos aqui serem votados quando os vereadores não estavam em plenário. E por que o meu foi retirado? Então, agora, quando eu estiver aqui, eu vou fiscalizar o painel e vou fiscalizar também os projetos que os vereadores não estejam, para não serem votados”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Não se trata de questão de ordem, mas eu vou respeitar seu pedido, e o seu projeto, com vossa excelência agora presente, vai ser votado, sim. Agora, não poderia colocar o projeto de vossa excelência sem sua presença. Inclusive, isso é pela sua segurança. Como é que você vai defender um projeto, sem vossa excelência estar aqui presente? Bem simples. E eu vou começar agora, é sabe o quê? O vereador que não estiver presente, eu vou cortar o ponto. Sabe por quê? Só presta assim. Aí essa Casa vai trabalhar. O vereador Guguinha está presente, então pode colocar os projetos de vossa excelência para votar”.

Após a leitura da ementa do projeto 454/2025, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “E é até pela segurança, Rodrigo – secretário legislativo. Às vezes as pessoas confundem as coisas. Sem querer me dirigir a ninguém, e isso cabe para todos: toda vez que o vereador se retira do plenário, o próprio Setor de Atas já tira, para não dizer que o vereador votou no projeto de fulano de tal. Isso já aconteceu com a vereadora Eliza: ‘Eu quero que registre aqui que eu estava ausente. Eu não votei nesse projeto, não’. Então, isso já é de segurança. O Setor de Atas aqui é bem competente para isso. Então, nas votações anteriores, da MP e tudo, quem não estava presente, não entra para votação. Sempre foi, Milanez. Isso eu não tenho dúvida, que o papel do Setor de Atas, em nome de Sylvia e todos os funcionários, sempre tiveram zelo para isso. Tarcísio Jardim, já aconteceu projeto aqui, em que se disse: ‘Não, eu quero que registre em ata que eu não estava presente’, e aí, quando foi olhar, não estava o nome dele na ata. Então, isso é uma cautela que a Casa tem. Então, é bem simples”.

ITEM 15: PLO 454/2025

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECONHECE A PARADA LGBT DA ZONA SUL DE JOÃO PESSOA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “O que eu quero falar para essa Casa? A gente tem que ter muito cuidado no que a gente coloca como patrimônio cultural e imaterial do município de João Pessoa. Se eu tivesse colocando aqui Movimento de Parada Armamentista, será que ficaria todo mundo: ‘Não, é tranquilo. Não, vereador, mas o senhor está fomentando o uso de armas do município’. Então eu respeito as minorias, eu respeito quem tem suas opções sexuais, não tem problema nenhum. Já me taxaram aqui de homofóbico, de qualquer coisa. Se você é cidadão, paga seus impostos, você



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

merece respeito como ser humano. Agora, implementar suas ideologias como patrimônio cultural da cidade? Então se cada um aqui for colocar um patrimônio cultural que acha, que acredita que está certo, eu acho que a gente começa a perder o limite. A gente tem que ter um pouquinho de limite. Porque o que a gente coloca como patrimônio será implementado para criança será implementado para idoso. Um movimento cultural que a minha cidade defende voltado para ideologia de gênero. Então eu quero ver como será a repercussão se eu colocar justamente o contrário: um patrimônio cultural a um movimento hétero no município de João Pessoa, patrimônio cultural a um movimento armamentista em João Pessoa. Movimento cultural a doutrina militar em João Pessoa. Será que vai ficar tudo bem ou vai ter aqui o rebate, e vão achar ruim dizendo que eu estou tendenciando para isso e para aquilo? É só ter cuidado. Patrimônio cultural é coisa que diz de cultura da nossa terra, a nossa origem, aos nossos costumes como cidade e como sociedade. Não tem nada a ver de ideologia de gênero aqui, não”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Vereador Tarcísio, eu respeito demais a sua fala, mas não concordo porque todos esses eventos, que vossa excelência falou aí, não existem e a Parada Gay da Zona Sul existe e ela é um movimento cultural. Então, assim, eu acho que a gente tem que separar, mesmo que o senhor não concorde, mas tem que respeitar, como o senhor disse que respeita, mas os outros eventos que vossa excelência falou não existem na cidade. Aqui foram votadas várias matérias, vários projetos de lei como imaterial. Festa das Neves, religião, foram várias coisas e por que não um evento que acontece na cidade já há tanto tempo? Por que não? Eu lhe pergunto, é ou não discriminação? É ou não? Foi passado nas comissões? É isso que eu quero saber. Se foi passado, então pronto, vamos votar aqui. Quem for contra, beleza, vota contra. Quem for a favor, tranquilo, mas eu sou totalmente a favor”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu estava tendo uma reunião ali agora, com os surdos, muito importante, mas eu pedi licença para vir votar nesse projeto. Vereador Tarcísio tem toda razão, inclusive, essa instituição me colocou na Justiça. E eu quero dizer, se vocês forem me colocar na Justiça de novo, tenham cuidado, pelo menos de olhar, que eu já estou ganhando todas. Porque liberdade de expressão é uma coisa muito importante no nosso Brasil. E ainda existe liberdade de expressão no nosso Brasil. Então eu ganhei uma batalha. Faz quinze dias que eu ganhei, vereador Tarcísio. Viu, vereador Marcos Henriques? As suas ONGzinhas que vivem me botando na Justiça, ficam fazendo patrulhamento ideológico em tudo o que a gente fala aqui. Eu tenho o direito de falar, eu sou vereadora, meu amigo. Se vocês quiserem vir aqui para ser votado e falar o que vocês quiserem, dentro das legislações, vocês podem vir, mas eu tenho o meu direito de fala e quem me deu o meu direito de falar foram as pessoas de João Pessoa. Faz 20 anos quase, que eu sou vereadora, são cinco mandatos. Olha aí na carinha de vocês, cinco mandatos que o povo de João Pessoa me quis aqui, inclusive, em uma das legislaturas, eu fui a única mulher e estou aqui, mulher conservadora, sim. E eu ganhei na Justiça o direito de falar, que eu sou vereadora. Artigo 29 da Constituição, só para quem não sabe. Não votarei a favor do projeto que estabelece justamente colocar sua ideologia para ser patrimônio histórico. Temos que ter critérios, estou entrando com projeto de lei, um projeto de decreto legislativo aqui para ter critérios. Patrimônio cultural e histórico tem que ter história, tem que ter cultura, tem que ter cultura nessa cidade, 20 anos pelo menos de existência e de importância, de relevância para o povo de João Pessoa. Então, se votar, eu já estou dizendo, voto não. E não vá me botar na Justiça, meu amigo, porque você vai perder de novo”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Primeiro, a gente precisa entender o que é um patrimônio cultural. Eu vou ler aqui porque tem muita gente que sabe, mas dá uma de doida. O patrimônio cultural e imaterial compreende práticas, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidas de geração em geração, fundamentais para identidade de comunidades, como saberes, celebrações e outras formas de expressão. Essa comunidade, a comunidade LGBT, que a senhora tanto combate, é uma comunidade que existe e que tem todo o direito de se expressar. Essa parada que a gente está discutindo, que já existe há 6 anos, é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

uma parada que leva 10 mil pessoas. Eu sei que jamais a senhora vai estar, porque a senhora não se identifica, com todo respeito. Agora, a senhora não se identificar, ao mesmo tempo que a senhora começa a falar coisas que detêm preconceito, homofobia, aí são coisas que a gente precisa entender, que quando as comunidades são agredidas, elas têm todo o direito de se defender. Então, o pessoal está ali já há 4 sessões que eles estão ali e sempre não tem quórum para votar um título de reconhecimento pelo trabalho que eles fazem e que eu tenho certeza que essa Casa, mesmo com todo preconceito e homofobia, vai aprovar”. O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Vereador Marcos Henriques, quero me acostar às palavras de vossa excelência e dizer que isso é uma coisa que acontece, não é a primeira vez, é uma coisa que já faz parte inclusive do calendário e que nós estamos aqui sim para aprovar, vou ser favorável à matéria e como tem sido nosso mandato que tem procurado estar atento a tudo isso, que é um direito das pessoas e nós não temos nenhum, nós somos democráticos e vamos sim votar favorável ao projeto”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Vereador Marcos, primeiro eu parabenoza vossa excelência por sempre trazer pautas que não são visibilizadas, que são criminalizadas. Essa é uma forma também de fazer com que a parada sobreviva diante de tanto preconceito que existe. Eu me coloco favorável, estou junto com o senhor, com vossa excelência nesse debate, porque eu acredito firmemente que essa Casa precisa ser democrática, precisa respeitar as representatividades e a gente precisa dizer que essa cultura do ódio, da intolerância, não é o mundo que a gente quer construir. Nós queremos construir um mundo melhor para todas as pessoas, um mundo em que as pessoas possam ter o direito de viver, porque quando a gente passa a adentrar em esfera que fala da sua particularidade, eu posso não concordar, mas para viver em sociedade é que nós precisamos aprender a respeitar as diferenças, porque o mundo é diverso. Então, Marcos, conte comigo, companheiro, e parabéns, porque não é todo mundo que tem coragem de fazer debates como esse, mas é preciso coragem para a gente transformar essa realidade e esse mundo que anda tão sofrido e com tanta gente morrendo pelo simples fato de querer viver e ser livre”.

Pela ordem, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, antes de fazer a discussão da matéria, eu queria pedir a prorrogação da sessão para que a gente pudesse usar posteriormente o Grande e o Pequeno Expediente”. O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, disse: “Prorrogada a sessão, mas eu já estou dizendo que a matéria está prejudicada por falta de quórum”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Para vossa excelência ver como são dois pesos e duas medidas. Para votar aquela matéria ia ser pelo que foi passado em painel. Pela primeira vez estou vendo o painel tirando os nomes de quem saiu, nunca vi. Eu tenho aqui três mandatos, com cinco de meu pai, são oito. Eu nunca vi se retirar o nome dos vereadores que saem do plenário”. O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, disse: “Eu não pedi isso não. Porque, por mim, estavam todos lá, porque o Setor de Atas tira”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu sei. Pela primeira vez na história, em oito legislaturas que eu frequento esta Casa, eu estou vendo. E é importante que se faça em todas as sessões, que é importante até para a sociedade acompanhar”. O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, disse: “Eu não tenho esse problema, porque quando começa a sessão e está registrado como estavam 19 vereadores, é bom que fique porque, mesmo que ele se ausentar, já está o quórum estabelecido para a votação. Porém, eu vou confiar de novo no Setor de Atas, que tem todo o zelo, de na hora da votação, quanto coloca os votos de quem estava presente e quem não estava, isso é de praxe. Então já aconteceu isso com Eliza, com o vereador Tarcísio. Agora, essa nova técnica eu não pedi, foi alguém aí da Técnica, mas eu não pedi para tirar o nome de ninguém, pelo contrário, o vereador está presente na Casa, não está presente no plenário. Só para deixar claro”.

Situação: Votação encerrada por falta de quórum.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Após o encerramento da Ordem do Dia, houve a continuidade do Pequeno Expediente

1.3 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria trazer um tema para cá, mas vou falar um pouco sobre esta votação que deixamos de fazer. Eu vou repetir aqui as contradições que as pessoas têm quando o assunto é a comunidade LGBT, uma comunidade que sofre preconceito, uma comunidade que luta para levar as suas pautas para as ruas. Aqui já foi dito que as paradas LGBT eram promíscuas. Depois eu até parabeneizei o vereador que disse isso, porque ele foi lá, mandou pessoas lá e viu que não é nada disso. São pessoas que estão ali lutando por dignidade, lutando para existir, lutando pelos seus direitos. E aí, quando se traz um reconhecimento para esta Casa, causa-se toda uma celeuma. E eu repito: patrimônio cultural imaterial compreende práticas, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração, fundamentais para a identidade de comunidades, como saberes, celebrações e formas de expressão. Eu participei de pelo menos de umas quatro paradas dessa da Zona Sul, que tem ali Del e todos os companheiros e companheiras que estão ali, e que são muito importantes. É visível toda a dificuldade que eles têm com essa marcha. Há um zelo para levar essa pauta às ruas. E, olhe mais uma contradição: um dos patrocinadores é a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que é aliada de muitos desses vereadores que são contra. Então, isso só me leva a crer que, quando se fala disso, vem à baila o puro preconceito e a homofobia, infelizmente. Mas esse projeto não vai sair, ele vai continuar, e a gente vai discutir aqui, porque precisamos dar visibilidade às minorias, dar visibilidade à mulher que sofre feminicídio e violência. A gente tem que dar visibilidade ao povo preto, que também é discriminado, à igualdade racial e também à comunidade LGBT, que tem toda a minha solidariedade, a minha luta e a minha voz aqui para dizer que igualdade é bom e respeito é bom. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Vereador Durval, eu sempre fui elétrico, não é por conta de que eu estou mais magro, não. Eu sempre fui desse jeito e vou continuar sendo dessa forma porque é meu jeito de ser. E quero aproveitar, já que o vereador Marcos Henriques acabou de sair, dizer que as palavras dele são as minhas. Eu acho que a gente tem que acabar com o ódio nessa Casa, o ódio contra as pessoas, independente de religião, que aqui ninguém está falando sobre religião, não; estamos falando de pessoas. Eu acho, assim, ou é muito ódio no coração, ou, senão, é para poder aparecer e ganhar voto de um público que tem mais ódio ainda, que não tem empatia pelas pessoas. A verdade é essa. E não falo de vossa excelência, não, vereador Tarcísio Jardim, que o seu ponto é claro, o senhor é técnico, é diferente, tem sua posição. Mas o problema é você vir só aqui para o plenário para poder tentar votar contra e desmerecer pessoas. Eu vou aproveitar, que eu ia falar sobre os meus projetos, que não foram votados, e eu entendo perfeitamente, Presidente Dinho, mas eu quero que seja, a partir de hoje, o vereador que não esteja no plenário, não leve à votação seus projetos. E vou ficar fiscalizando aquele painel ali, porque é importante, porque eu sou um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair nesta Casa. Então, eu espero que, na próxima sessão, a gente possa votar os projetos pendentes. Eu tinha muitos projetos importantes aqui para votar sobre o descarte irregular de lixo”.

O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “O Pequeno Expediente de hoje eu vou usar para falar de projetos de leis que nós apresentamos aqui na Casa, que aprovamos e que não são respeitados, não são colocados em prática, e existem milhares e milhares de projetos. Inclusive, lembro muito bem que, há mais de uma década, esta Casa fez um levantamento de projetos de leis que não tinham mais sentido, que não funcionavam, e foi apresentado em números. Existe uma lei, que nós apresentamos um projeto



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

na época, em virtude de você ser de oposição ou de situação, e o tratamento com esses vereadores, especialmente nos espaços públicos que pertencem à Prefeitura Municipal de João Pessoa, era o seguinte: eu moro em Cruz das Almas, tem um colégio chamado Oscar de Castro, colégio histórico; foi feita uma quadra lá para atender o colégio e a comunidade. Quando eu não fazia parte da base, alguém que tivesse ligação a mim ou me conhecesse não poderia usar a quadra, porque eram pessoas ligadas a Zezinho, e o gestor lá simplesmente é dono. Aí tinha um pessoal que praticava cultura, praticava lá seu vôlei, seu basquete, tinha o pessoal das quadrilhas juninas. E nós apresentamos aqui, e Luciano Agra era prefeito, e foi sancionada a lei que hoje é desconhecida por muitos gestores. E esses espaços aqui dentro de João Pessoa, independe: é lei, tem que ser cumprida. E nós temos a Lei 12.419, de 22 de agosto de 2012. A gente precisa que essas leis sejam respeitadas, e está acontecendo ainda, e agora muito mais com nosso mandato. A pessoa não usa aquele determinado espaço, quem está usando é o povo, que respeita, que cuida, que zela, e nós temos hoje uma dificuldade muito grande dentro da cidade, que é de espaço para a criançada, para adultos, para cultura, e existe, e ele serve não só para escolas. Seja ele qual for o espaço, está aqui. E comunico isso aos colegas vereadores, que a gente precisa cobrar isso. Eu peguei a lei e mandei apresentar na escola. A gente precisa, e existem inúmeras leis, inclusive de nossa autoria, que eu vou levantar muitas aí de colegas vereadores que passaram aqui por esta Casa, que deixaram projetos importantes para atender e servir à cidade e facilitar na prática, seja ela qual for. Então, a gente precisa que pelo menos o que a gente faz aqui tenha esse respeito do próprio poder público, dos gestores que desconhecem e, conhecendo da lei, mas fazem de conta e fica por isso mesmo. Então, esse registro nós vamos voltar no Grande Expediente já com outro assunto. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Senhor Presidente, senhores vereadores, escutei atentamente o discurso do vereador Zezinho e o apelo. Ora, vereador Zezinho, não é apenas o diretor, gestor que vai autorizar ou não. Então dizer que esses interessados façam de forma oficial e, se for o caso, fundamente com a própria lei, com a cópia já que vossa excelência é o autor da matéria e eu acho importante que essas quadras esportivas, a escola, de uma forma geral, deve ser aberta. Eu concordo com vossa excelência. Agora, tinha algum requerimento solicitando ou apenas foi feito de boca? Pronto, então a própria comunidade que faça oficial e o gestor tem que atender, sim ou não, de acordo com a conveniência. Não é a questão política de forma nenhuma, mas que faça de forma oficial e fundamente na própria lei. Se ele nega, aí vossa excelência venha para a tribuna, reclame e eu vou endossar. Porque a negativa tem que ser fundamentada. Mas, um outro ponto que eu queria enaltecer, hoje, vereador Milanez, o próprio vereador Zezinho, há cerca de um mês, ele trouxe uma matéria aqui na tribuna denunciando que a obra do viaduto da praça estaria parada, e só existiam quatro, se eu tiver mentindo, pode me corrigir, só existiam quatro trabalhadores e que não ia concluir. E por isso, estava causando transtorno ao Centro de João Pessoa. Eu disse ao vereador Zezinho que ficasse tranquilo que, no mês de março, estaria sendo entregue. E ontem foi entregue, vereador. E veja a situação. Entregou-se, ontem, toda reurbanizada. Vereador Milanez, eu olhei para o lado direito e vi a plena atividade para se entregar o prédio das Nações Unidas, que será entregue também, principalmente a quem vai trabalhar na cidade de João Pessoa, no Centro. Olhei para o lado esquerdo, vereador Zezinho, e o antigo IPASE também, da mesma forma, obras e construídas residências para quem vai trabalhar no Centro de João Pessoa. Eu olhei para a frente e vi a iniciativa privada acreditar no projeto, porque aquele prédio verde, que é da família d’Ávila Lins, ele já está praticamente pronto e, embaixo, todos, todos os cômodos alugados e em cima está sendo construído um ambiente extremamente rico porque respeita o paisagismo e o rigor do tombamento e vai se fazer um restaurante para o *happy hour*. A Duque de Caxias toma um outro rumo, toma outro sentido e vai começar a vigorar, a partir do Pavilhão



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

do Chá, aonde o próprio SESC SENAC já começa também a fazer ali um restaurante escola, e vai seguir por toda a extensão da Duque de Caxias ali, na Academia Paraibana de Letras. Então, é um verdadeiro corredor da cultura do município de João Pessoa. O Centro da cidade voltando com a sua vitalidade. Tudo fazendo parte exatamente daquilo que a Câmara Municipal de João Pessoa planejou e está sendo cumprido pela Prefeitura de João Pessoa, especificamente pelo prefeito Cícero Lucena”.

O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Vereador Odon, as palavras de vossa excelência seriam poucas para o tamanho da entrega do dia de ontem. A praça Vidal de Negreiros, o nosso famoso Ponto de Cem Réis, merece um destaque maior. Não que vossa excelência não queira ter feito, mas dizer que o prefeito Cícero Lucena faz valer o seu compromisso com o Centro Histórico, que vai da Av. Duque de Caxias ao Ponto de Cem Réis, essa revitalização, com os bancos de madeira, piso em granito, granelito e também em concreto, fazendo e devolvendo a cidade de João Pessoa totalmente revitalizada, um local que tanto marcou a história. Eu sou do tempo que meu pai tinha um comércio aqui na Av. Eugênio Toscano, na avenida que era a avenida principal da antiga rodoviária e ali tinha uma vida muito grande com o IBGE, Central de Polícia, tantos outros equipamentos e aqui ver entregue novamente. Naquele tempo, quando a gente vinha e passava debaixo do viaduto, fazia o contorno, e aqui cortava o meu cabelo na Avenida Duque de Caxias, numa galeria, e ver aquilo devolvido à cidade dá uma emoção danada. É importante se dizer que tem muito a se fazer ainda, a questão da habitação no Ipase, a reforma do Conventinho, tanta coisa que a Prefeitura tem feito aqui no Centro da cidade. Temos um vereador desta Casa à frente de uma secretaria criada especificamente para fazer essa tratativa. Vários comerciantes, empresários, fazendo iniciativas interessantes. Eu vi agora, recentemente, o Armazém Paraíba com a parceria utilizando o ICMS para recuperação e revitalização da igreja de Lourdes, tantos outros equipamentos aqui sendo feitos. Então, é importante a Prefeitura fazendo o asfalto novo em quase 50 vias aqui do nosso Centro Histórico. A questão do IPTU, do ITBI, a questão de tantos outros esforços aqui, como foram somados à FECOMERCIO, ao Governo do Estado. Dizer da nossa alegria, da nossa felicidade de ver a Duque de Caxias totalmente revitalizada, aqui o vereador Zezinho que não me deixa mentir pois já foi proprietário de uma lanchonete lá, e com certeza deve estar vibrando com essa nova entrega. E também dizer e parabenizar todos os agentes envolvidos, digo a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Governo do Estado, na chegada do Tauá, na chegada do primeiro resort com aquele equipamento. O vereador Zezinho apresentava um voto de aplauso ao governador e eu assinava. Perguntava a ele: vereador, vossa excelência tem a grandeza política de assinar também o voto de aplauso ao prefeito Cícero Lucena. Ele disse ‘na mesma hora, vereador’. Então, nós estamos falando de política com ‘P’ maiúsculo e de pessoas que estão brigando e lutando para ter uma cidade melhor. Quando você faz aquele equipamento, quando a iniciativa privada se soma à iniciativa pública para que a gente possa colocar um tapete vermelho para aqueles que queiram investir na nossa cidade. É um sem números de pessoas que vão ter a oportunidade, emprego e renda no nosso município. É a geração de impostos que vai fazer com que essa cidade possa crescer ainda mais. Então, a chegada de um resort daquele tamanho, ela deve ser comemorada e que a gente possa ter mais incentivos para que novos equipamentos como aquele possam chegar e mais carteiras de trabalho sejam assinadas no nosso município. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Antes de qualquer coisa, fazer aqui um pedido, que eu estou tentando protocolar o requerimento da bancada de oposição, solicitando as cópias das CPIs que foram protocoladas na Casa. Estou com dificuldade de protocolar. Queria fazer o registro da Tribuna para que a gente não tente obstruir o trabalho do parlamento, até porque esta Casa tem vinte e nove membros



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

eleitos para representar a cidade de João Pessoa, e a gente precisa, vereador Fábio Carneiro, mas precisa mesmo, que a Casa compreenda que precisa respeitar os vereadores. E quem vai levar pra protocolar daqui a pouco sou eu mesmo, assim que sair da tribuna. Primeiro, um dia triste da Câmara Municipal hoje. Vereador Tarcísio Jardim, um dia em que eu me senti em uma escola no ensino infantil, aonde tinha-se que votar uma matéria, e tava se cobrando da oposição, que apenas tem oito vereadores, que dessem quórum para votar uma matéria que ia caducar. A responsabilidade, vereador Carlão, não é da oposição, nós estávamos aqui para votar a matéria. Essa matéria, que vai ser derrubada judicialmente, vai ser mais uma derrota que a Câmara Municipal, nós, eu, enfrentaremos na Justiça, porque tinha que votar a todo custo. Infelizmente, a gente vai fazer uma discussão que não era o desejo do nosso mandato, e muito menos o meu desejo de chegar a esse ponto. Mas, vereador Zezinho, hoje, de forma muito feliz, vossa excelência nos solicitou a assinatura do voto de aplauso ao governador João Azevedo. Governador esse que não contou com o meu voto, vereador Zezinho, mas que ao longo dos últimos dois anos eu tenho subido a essa tribuna para fazer o registro da importância que João teve para o desenvolvimento da cidade nos últimos quatro anos. Ontem foi inaugurado, não vou dizer que Tauá é o hotel de João Pessoa, é o hotel da Paraíba, é o hotel do Nordeste, um sonho, vereador Pastor Valdir, de quatro décadas. E um governador pouco lembrado por alguns, mas que produziu todo o alicerce do que o turismo da Paraíba hoje está vivendo, governador Tarcísio de Miranda Buriti. Foi o homem da Via Litorânea, vereador Tarcísio, foi o homem do Mercado de Artesanato, foi o homem da PBTUR, foi o homem do Espaço Cultural, foi o homem da cultura do nosso estado, foi o homem que concebeu, criou e não conseguiu assistir o Polo Turístico de nosso estado. Polo Turístico esse, prometido por todos os governantes posterior a ele, todos prometeram que o Polo Turístico do Estado da Paraíba ia se desenvolver. Chegou o momento da inauguração do Tauá, chegou o momento de nós, enquanto vereadores, começar a pensar na estrutura de mobilidade urbana, na estrutura de segurança pública, para que aquele Polo Turístico, a partir de agora se desenvolva cada vez mais. Aquela região que até pouco tempo era totalmente esquecida, vai ser a bola de ouro do setor imobiliário da cidade nos próximos cinco anos. Começou de forma tímida, com o Centro de Convenções, agora chegou o Tauá, daqui a alguns meses inaugurará o maior parque aquático do país, na Paraíba. Resort esse, na beira da praia, uma estrutura de primeiro mundo que não fica a dever a canto algum. Não poderia comemorar, vereador Zezinho, sem registrar o sonho, a obstinação, a capacidade do governador Tarcísio de Miranda Buriti e de comemorar o compromisso que o governador João Azevedo, com a sua visão de estado, com a sua visão de cidade, com a sua visão cuidadosa de tornar aquele sonho uma realidade. João Pessoa agora entra na história do turismo de fato e de direito. Não vai entrar na história do turismo apenas pelas belas praias, vai entrar na história turística do país porque agora tem um hotel do tamanho que a cidade merece para receber seus turistas. E que isso seja um pontapé inicial para que a gente reabra o Hotel Tambaú, para que outros grandes resorts sejam instalados na cidade de João Pessoa, que a gente possa sonhar com nova infraestrutura para toda aquela região e para que a gente possa compreender algo que é fundamental no nosso turismo. Nós temos um diferencial para o mundo, que é o povo dessa terra. Quando as pessoas visitam a Paraíba, visitam João Pessoa, sem sombra de dúvida, um dos principais critérios de avaliação, bem avaliada é a receptividade do povo paraibano. É a receptividade do povo pessoense e que a gente possa continuar, não no discurso, mas na prática, desenvolvendo um turismo sustentável, para que o turismo, antes de ser bom para quem nos visita, que ele sempre seja bom para quem vive em nossa cidade. Parabéns, vereador Zezinho, pelo voto ao governador João Azevedo. E eu sempre digo que o governador, sem sombra de dúvidas, foi o maior prefeito da cidade de João Pessoa nos últimos 4 anos, e que teve um auxiliar que cobriu e anunciava até pouco tempo que as obras do estado eram em parceria, porque se não fosse João, a Prefeitura de João Pessoa tinha passado dias vergonhosos". O Sr.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereador Zezinho Botafogo, disse: “Só para fazer uma observação, vereador, que eu também até ontem, achava que o idealizador da história do Polo Turístico tinha sido Tarcísio de Miranda Buriti. Mas, por questão de justiça, e eu vim tomar conhecimento ontem lá, quem falou sobre este Polo e quem projetou foi o governador que antecedeu Buriti, que foi Milton Bezerra Cabral. Foi dito lá ontem pelo governador João Azevedo e ele acompanha isso, só por questão de justiça, porque eu inclusive, até o dia de ontem, repito, eu também achava que seria Tarcísio de Buriti, por tudo que ele fez pela Paraíba”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Na verdade, o governador Milton Cabral concebeu, mas não conseguiu, porque ele foi um governo tampão, fazer a instalação do Polo. Quem fez o ato de instalação do Polo Turístico da cidade, realmente, foi o governador Tarcísio de Miranda Buriti. Muito obrigado, Presidente, pela referência do tempo”.

O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Eu venho aqui hoje fazer apenas dois apelos. Primeiro, eu vou recebendo mensagens o tempo inteiro de pessoas que moram ali na área do Valentina, Planalto Boa Esperança, Sonho Meu, que querem fazer o uso daquele aparelho, que é a Vila Olímpica Ivan Tomaz, que é a Vila Olímpica da Zona Sul, Centro de Treinamento Ivan Tomaz, o que é que estão alegando? Que ali está num completo abandono, completo abandono, a estrutura caindo, literalmente um canteiro de obra que foi interrompido. Então, eu queria fazer um apelo aqui à Prefeitura para que essas obras fossem reiniciadas, finalizadas, para que a população da Zona Sul, que tanto precisa de melhoria, tivesse acesso a esse aparelho. Já pedi uma vez a liberação do horário das caminhadas, porque estavam fechando a guarita antes, e abrindo um pouco depois, foi solicitado, foi atendido, mas eu queria que ajustassem de vez lá a Vila Olímpica do Valentina, para que a população usasse. E o segundo ponto é que me chegou informações, espero que sejam informações inverídicas, de que existem guardas municipais, guardas metropolitanos, indo para rua desarmados, porque não tem munição para que eles possam trabalhar. Eu não acho que isso seja verdade, falo aqui mais uma vez, mas, se isso for verdade, que tome sua providência imediata por parte da gestão da Segurança Pública do Município, é inadmissível se faltar munição na arma do guarda metropolitano para trabalhar, é inadmissível, ainda mais depois de tanto recurso, inclusive para comprar munição, que o meu mandato destinou para a secretaria do município, então, espero que não seja verdade, espero que isso seja averiguado não só pela Prefeitura, mas pela Secretaria de Segurança do Município, porque colocar a vida do servidor em risco e a vida da população em risco, porque não tem munição no armamento da Segurança Pública, realmente é algo muito grave, era só isso mesmo, Presidente, obrigado.

O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Hoje subo a esta tribuna, nobres colegas, para parabenizar a bancada de oposição pela entrega, finalmente, do Ponto de Cem Réis, ainda que de forma parcial. Vereador Zezinho, vossa excelência que esteve lá fiscalizando aquela obra, então, na verdade, eu chego à conclusão de que aquela obra só saiu por conta da fiscalização da oposição. Parabenizo vossa excelência e todos aqueles que como eu falei, eu também cobrei, vossa excelência cobrou. Uma obra que teve sua ordem de serviço no início de 2024, com prazo de seis meses. Entregaram em 2026, já no período pré-eleitoral, onde só se pode inaugurar obra até o próximo dia 4, e de péssima qualidade. Para você ter noção, e aqui quero convocar o vereador Zezinho, o vereador Guguinha e os demais vereadores que assim quiserem, eu tive o cuidado de verificar, que é uma obra de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), vou repetir, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) foi o valor do que o prefeito entregou ontem. Olhem o que tem no projeto de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), que eu quero fiscalizar com os vereadores desta Casa, fazer um relatório e entregar ao Tribunal de Contas. Olhe o que é uma obra entregue nas carreiras, a toque de caixa. Veja bem, vereador Zezinho: recuperação dos mosaicos em granito no piso da Praça Vidal de Negreiros; execução de novo piso em concreto com



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

piso tátil para adequação da acessibilidade; adequação da acessibilidade no calçadão da Rua Duque de Caxias; execução de bancos com assentos e encosto em madeira maciça e base em concreto e elemento vazado; construção de áreas de jogos com bancos em madeira e concreto e mesas de concreto; recuperação de jardineiras; execução e plantio de novas árvores e palmeiras. E aqui tem toda a parte de postes, tem a parte de LED, quer dizer, será que isso tudo foi entregue ontem? Lógico que não, nós sabemos que não. E nós, como parlamentares de João Pessoa, em respeito à cidade de João Pessoa, aos nossos eleitores, iremos lá fiscalizar se todos os itens estão lá. Nós fiscalizaremos esta obra, porque antes nós cobramos e agora vamos saber, verdadeiramente, se o dinheiro do povo foi bem empregado. Pelas primeiras impressões que tive aqui, muita coisa está faltando. Olhe só onde começa a revitalização: ao lado da Assembleia, até a antiga sede do Clube Cabo Branco. A gente tem que começar por lá para ver se está tudo bacana, porque não é R\$3.000,00 (três mil reais) não, são R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). Então, convocar também o vereador Carlão para a gente fazer essa fiscalização dessa obra que foi entregue ontem a toque de caixa, tão comemorada e que, na verdade, pode ser um grande pesadelo se o Tribunal de Contas cair ali em cima e fiscalizar de verdade. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Ainda ontem, estávamos na Comunidade Mel de Deus, que tem como fundadora Badia, como carinhosamente é chamada, como cofundador frei Josué junto com seus consagrados. Mais de 250 consagrados, missionários, servos de Deus, defensores do Evangelho, seguidores da palavra, homens, mulheres, crianças, famílias de Cristo, que se unem pra fazer o bem, para lutar pelo Evangelho, para mostrar que este mundo de trevas tem luz e salvação. A Comunidade Mel de Deus completou seus 17 anos só aqui em João Pessoa e vem fazendo um grande trabalho para nossa cidade, um trabalho reconhecido, admirado e, muitas vezes, copiado, para que a gente consiga exalar o cheiro do céu. É assim que faz a comunidade Mel de Deus, ela exala o cheiro do céu: consegue exalar, e mais, consegue nos fazer sentir o sabor do céu. A Mel de Deus passa para a gente a doçura do Cristo, a doçura do salvador. E essa comunidade, ontem, completando 17 anos de missão, de ação, de entrega, de completa devoção à Igreja e, principalmente, obediência ao Cristo. É de instituições assim que nós precisamos e, em nome do nosso mandato, mas também em nome de todas as novas comunidades, a qual nós temos tanto carinho e tanto amor. Receba, Mel de Deus, os parabéns, as orações, a força, que vocês continuem sendo devotos de Maria, que continuem venerando Maria, que continuem adorando a Cristo, celebrando nesta casa, Mel de Deus, o amor e a luz divina. Que Deus nos abençoe, nos proteja. Parabéns, Mel de Deus, longos anos de missão, serviço e obediência a nosso senhor Jesus Cristo. Eu queria colocar mais um ponto. Eu queria deixar aqui o meu registro de doutor Ademir, presidente do PL de Jacaraú, uma cidade maravilhosa, que tem na sua essência a força do paraibano, trabalhador e guerreiro. Presidente do PL, Ademir, que está aqui conosco, juntamente com o Geraldo Mouzinho, juntamente com o Dedeco, juntamente com nosso Chico Picolé, juntamente com aqueles homens que estavam conosco lá, mostrando a realidade de Jacaraú e dizendo: ‘Vereador, precisamos estar aqui juntos’. Quem ama João Pessoa, ama Jacaraú. E é ali que a gente precisa fazer uma ação. Então, ao povo de Jacaraú, o nosso carinho, o nosso amor, a nossa entrega. Quero afirmar e reafirmar: iremos mudar a realidade dos castanheiros de Jacaraú. Com o povo de Jacaraú, junto com o PL de Jacaraú, com Neno e tantos homens e mulheres de fé, como Suzy Mouzinho, tantas pessoas reunidas, unidas, falando do bem daquela cidade e da importância de nós acreditarmos ali. Estava lá, vi a realidade dos castanheiros, vi o sofrimento deles, vi as mãos queimadas, vi as crianças trabalhando, vi os jovens ali, todos, todos eles enfumaçados, cinzentos, levando o pão de cada dia. Isso é sinal de um homem trabalhador, de uma mulher trabalhadora. Mas a gente precisa passar dignidade ao povo de Jacaraú por meio dos castanheiros. E a gente pode ajudar. Então, a gente fala tanto de dignidade, a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

gente fala tanto da necessidade de olhar o próximo, que os nossos irmãos castanheiros de Jacaraú, que a população de Jacaraú receba as nossas orações, a nossa força, a nossa fé, estaremos juntos para fazer uma Jacaraú melhor, uma João Pessoa melhor, uma Paraíba melhor”.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h37, na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 26 dias do mês de março do ano de 2026.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho
Presidente da Mesa

Vereador Marcos Henriques e Silva
Primeiro-Secretário